

Terceirização e parcerias

O trabalho mata 8 brasileiros por dia. São mais de 3 mil mortes por ano - fora os 15 mil trabalhadores que ficam permanentemente inválidos devido a acidentes e os 20 mil que adquirem doenças que os seguem pelo resto da vida (*Informe da Previdência*, Ministério da Previdência e Assistência Social, outubro de 2001).

Os dados são de 2000.

Naquele ano foram notificados cerca de 345 mil acidentes do trabalho, e um outro tanto não-notificados. O quadro é desumano. O desperdício é enorme: mais de R\$ 24 bilhões por ano!

Nesse montante não está incluído o maior de todos os custos: a dor dos acidentados. É impossível calcular o sofrimento das vítimas e de seus familiares. Mas, certamente, é o mais doloroso de todos.

No Brasil, para cada 100 mil trabalhadores, há quase 15 acidentes notificados por ano; na França, são apenas 7,6; na Alemanha, 5,5; e na Suécia, 2,7. Nesses países, os acidentes fatais são raros, enquanto que o Brasil só perde para o Paquistão, Índia, El Salvador, Turquia e Peru.

As causas dos acidentes são bem estudadas pelos especialistas. Dentre elas, destacam-se o baixo investimento das empresas em sistemas de prevenção; a avaliação ineficaz dos riscos; e a falta de

equipamentos de proteção (J. Paul Leigh e outros, *Cost of Occupational Injuries and Illness*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000).

Essas causas precisam e podem ser removidas. Em boa hora, o SESI, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (ABPA) abriram em 22 de agosto de 2002, mais uma campanha de combate aos acidentes e doenças profissionais.

Ultimamente, a literatura tem se preocupado com a terceirização. De fato, a incidência de acidentes é maior nas empresas prestadoras de serviços do que nas tomadoras. Em certos setores, chega a ser o dobro.

Seria essa uma “fatalidade” da terceirização? Não. No setor petrolífero, por exemplo, onde há pouca sub-notificação e muita terceirização, a diferença também é grande (70%), mas os dados referentes a uma pesquisa realizada entre 84 empresas petrolíferas de 66 países, em 1999, mostram uma melhoria animadora (ver gráfico).

A média de acidentes fatais por 100 milhões de horas trabalhadas nas empresas tomadoras foi de 4,81, enquanto que nas empresas prestadoras de serviços foi de 8,10. Mas a trajetória é cadente. Em 1995, os acidentes fatais nas prestadoras foram de 9,9 por 100 milhões de horas trabalhadas; em 1996, subiu para 11,4; em 1997, desceu para 10,9; em 1998, ficou em 8,3 (excluindo o impacto do desastre aéreo); e, em 1999, caiu para 8,1 - o mais baixo da história.

- * cria maior interação e cooperação entre as partes interessadas;
- * identifica seus pontos fortes e as suas oportunidades de melhoria, pois os avaliadores apresentam relatório com as duas pontuações (relatório e campo);
- * A performance dos seus avaliadores que podem participar do processo, avaliando empresas de outras categorias, que não a sua;
- * identifica seu desempenho com empresas de grau de risco similares e com número de empregados proporcional.

Este ano nossa pontuação para o Prêmio da ABPA se aproxima do

Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ, uma vez que dos 1.000 pontos que podem ser obtidos, o PNQ prevê 460 pontos para o item *Resultados*. O Prêmio da ABPA segue na mesma linha são 470 pontos para o item “*Verificação e Ação Corretiva*”, que trata basicamente dos *Resultados*, através de Indicadores de Desempenho e Resultados de Auditorias. Venha em 2003 participar deste prêmio que é no seu segmento, o mais destacado e reconhecido no Brasil, pois refletem os modelos referenciais de excelência nacionais. 

Armando Augusto Martins Campos - diretor da ABPA/SP e membro da Comissão do Concurso

Página	Critério e Itens	Pontuação Máxima
8	1 Política de Segurança e Saúde Ocupacional	40
8	1.1 – Definição da Política	10
8	1.2 – Comprometimento com a Política	30
8	2 Planejamento	200
9	2.1 – Planejamento para identificação de Perigos e Avaliação e Controle de Riscos	90
9	2.2 – Requisitos Legais e Outros Requisitos	40
9	2.3 – Objetivos	30
9	2.3 – Programa de Gestão	40
10	3 Implementação e Operação	250
10	3.1 – Estrutura e Responsabilidades	30
10	3.2 – Treinamento, Conscientização e Competência	60
10	3.3 – Consulta e Comunicação	30
11	3.4 – Documentação e Controle de Documentos e Dados	30
11	3.5 – Controle Operacional	50
11	3.6 – Preparação e Atendimento a Emergências	50
11	4 Verificação e Ação Corretiva	470
11	4.1 – Monitoramento e Medição do Desempenho	350
11	4.1.1 – Resultados de Indicadores Reativos	150
12	4.1.2 – Resultados de Indicadores Pró-ativos	200
13	4.2 – Acidentes, Incidentes, Não-Conformidades e Ações Corretivas e Preventivas	60
13	4.3 – Registros e Gestão de Registros	20
13	4.4 – Auditoria	40
14	5 Análise Clínica pela Administração	40

Uma coisa é certa. Os acidentes incidem mais nas terceirizações mal feitas, de curta duração, sem o devido preparo dos trabalhadores e das empresas.

Neste campo, o grande “segredo” é a parceria. Ser parceiro implica em correr riscos conjuntamente e agir com deliberação para superar a incerteza. Por mais brilhantes que sejam os representantes das tomadoras e prestadoras não há como antecipar tudo o que vai ocorrer ao longo do empreendimento. Eles precisam estar prontos para enfrentar e resolver os problemas na medida em que forem surgindo. Quanto maior for o envolvimento, maior é a chance de vangloriar o genuíno espírito de parceria. A confiança mútua é fundamental. Os trabalhadores das tomadoras e prestadoras têm

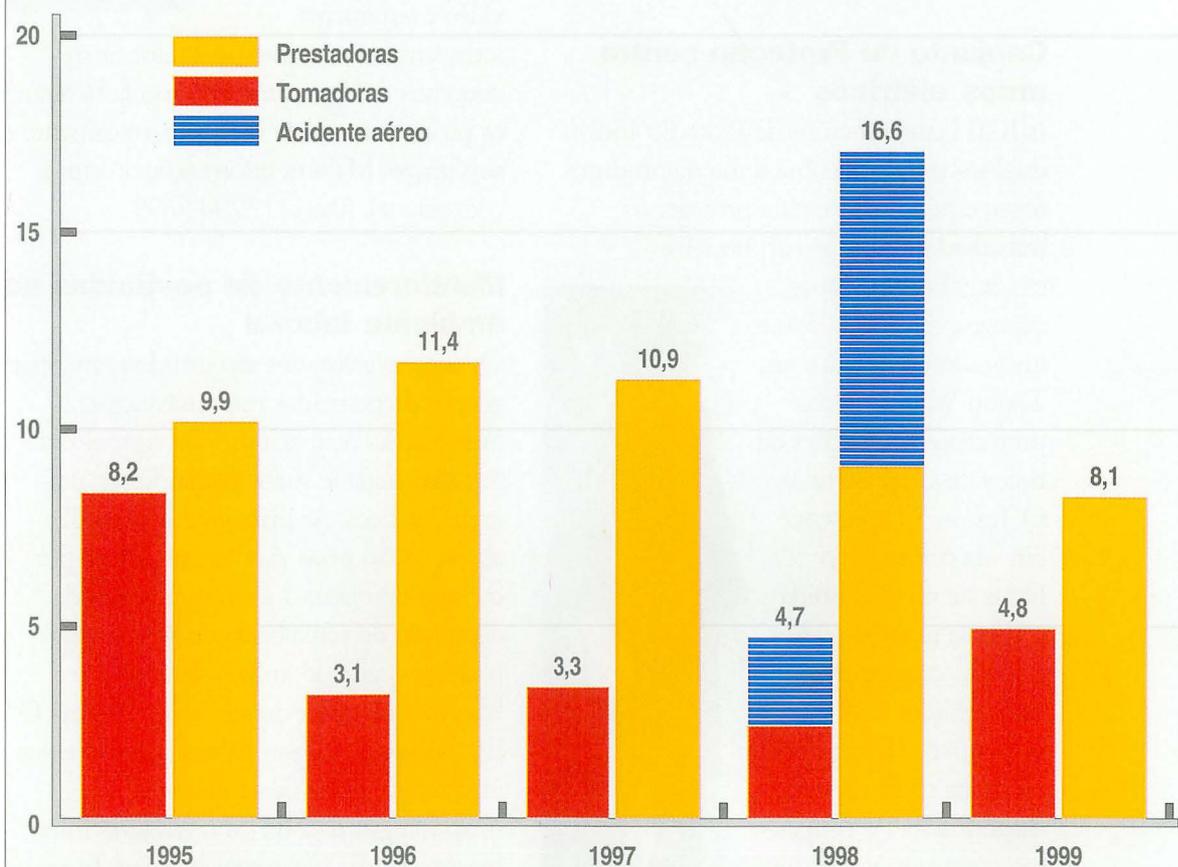
de ser igualmente tratados com dignidade e respeito.

Os contratos precisam ser longos, bem monitorados e avaliados conjuntamente. As tomadoras necessitam entender que, o mais importante não é reduzir custos, mas, sim, construir um ambiente de trabalho cordial, seguro e eficiente. Essa é a grande diferença entre o “menor preço” e o “melhor preço”. É também a maneira mais eficaz para terceirizar sem machucar ou matar. Oxalá a campanha ora lançada venha a contribuir para o amadurecimento dessa nova atitude. +

José Pastore - professor da FEA-USP e conselheiro da ABPA

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, 03/09/2002.

Taxa de acidentes fatais (por 100 milhões de horas trabalhadas na indústria de petróleo)



Em 1998, houve um grave acidente de helicóptero